

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – 32ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
 - 1.2 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATAS**



ATAS

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/4/2017

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata; discurso do deputado João Leite; aprovação – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 4.211 a 4.215/2017 – Requerimentos n°s 6.847 e 6.860 a 6.863/2017 – Requerimentos Ordinários n°s 2.776, 2.797 e 2.798/2017 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Minas e Energia e de Saúde e do deputado Celinho do Sinttrocel – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Isauro Calais, Emidinho Madeira, Duarte Bechir, João Leite, André Quintão e Rogério Correia – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários n°s 2.798 e 2.776/2017; deferimento – Questão de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Bráulio Braz – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Coronel Piccinini – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho –

Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado João Leite.

O deputado João Leite – Obrigado, Sr. Presidente. Em nome do povo de Minas Gerais, retorno para discutir uma ata que, novamente, não traz as informações básicas para as deputadas e os deputados da Assembleia Legislativa votarem o Projeto de Lei nº 4.135/2017, do governador do Estado. Eu queria salientar, especialmente, algumas questões desse projeto. O art. 2º da Lei Complementar nº 91 deixa claro que fundo é um instrumento sem personalidade jurídica. V. Exa., deputado Dalmo Ribeiro, jurista que é, sabe que fundo não tem personalidade jurídica. Logo, a fundo está vedado oferecer garantia real, vender, alienar, e não é isso que se vê. No art. 8º do Projeto de Lei nº 4.135, quando o art. 4º estabelece que os bens imóveis constituem recurso do fundo, ele esquece que bem imóvel não é recurso. Bem imóvel é patrimônio. Está correto, deputado Dalmo Ribeiro? Bem imóvel é patrimônio, não é recurso. Ele só seria recurso se transformado em capital, se vendido, alienado; mas como um fundo vai alienar um imóvel se ele não tem personalidade jurídica? Vejam o risco que estamos correndo. Se votarmos esse projeto, autorizaremos o governo do Estado a vender todos esses imóveis do Estado de Minas Gerais. Depois eu queria chamar a atenção para os R\$700.000.000,00 que serão pagos pelo Estado, por ano, para usar imóveis próprios, atualmente ocupados a custo zero. Os mineiros e as mineiras pagarão de aluguel, de um bem que pertence aos mineiros, R\$700.000.000,00. Nossa querida Dra. Luíza Barreto fez uma conta aqui para nós. Com esse dinheiro, R\$700.000.000,00, daria para fazer 200 escolas, 20 hospitais, comprar 14 mil viaturas policiais, pagar o salário de 27.160 professores, adquirir 3.500 ambulâncias para os municípios mineiros, pagar o salário de 16.423 policiais ou pavimentar 412km de estrada. O governo está prometendo para a base asfalto. Com esses R\$700.000.000,00 que o governo quer gastar com aluguel, poderia pavimentar 412km de estrada. Quem sabe o dinheiro desse fundo não será para dar o dinheiro para a base do governo asfaltar as cidades, levar dinheiro para os prefeitos ou garantir alimentação escolar, chamada antes de merenda escolar? Daria até mesmo para a alimentação escolar de 7 milhões de alunos, por ano, ou para construir 45 presídios. O projeto não tem transparência, excelência. O Pimentel quer que os parlamentares votem sem sequer saber que imóveis são esses que serão vendidos ou hipotecados. Apresento agora uma lista dos imóveis por região. Alto Paranaíba, 229 imóveis; Central, 1.995 imóveis; Centro-Oeste, 435 imóveis; Jequitinhonha e Mucuri, 388 imóveis; Zona da Mata, 866 imóveis – querido Dirceu Ribeiro, V. Exa. tem muito carinho pelas Apaes, assim como os deputados Duarte Bechir e Dalmo Ribeiro Silva, que também lutam pelas prefeituras, e André Quintão, que luta pelo Cras; Norte de Minas, 519 imóveis; Rio Doce, 565 imóveis; Sul de Minas, sua região, deputado Dalmo Ribeiro Silva, é a campeã, com 948 imóveis – o deputado Duarte Bechir também representa o Sul de Minas; e Triângulo, 327 imóveis. Não há identificação dos municípios nessa relação que totaliza 6.367 imóveis. É lamentável o que o Pimentel e o PT estão fazendo com as mineiras e os mineiros.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

Correspondência

– O deputado Duarte Bechir, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Célio Teixeira de Rezende, presidente da Câmara Municipal de Piedade dos Gerais, encaminhando cópia de moção de repúdio pela Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 287/2016, aprovada pela referida câmara municipal. (– À Comissão Extraordinária da Reforma da Previdência.)

Do Sr. Guilherme Gustavo e Souza Rosa, presidente da Câmara Municipal de Caeté, encaminhando convite para audiência pública com a finalidade de discutir a situação da segurança pública no referido município e região. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Do Sr. João César Martins Costa e outros, vereadores da Câmara Municipal de Jequitibá, encaminhando cópia de moção de repúdio pela Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 287/2016, aprovada pela referida câmara municipal. (– À Comissão Extraordinária da Reforma da Previdência.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.211/2017

Dispõe sobre a revogação de doação de bens móveis pela Administração Pública do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Serão revogadas as doações de bens móveis realizadas pela Administração Pública do Estado não retiradas pelo donatário no prazo de 180 (cento e oitenta dias) da data de publicação do ato.

Parágrafo único – Os bens móveis de que trata o caput deste artigo serão reintegrados ao patrimônio do Estado, devendo ser objeto de nova doação.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 17 de abril de 2017.

Deputado Agostinho Patrus Filho – PV

Justificação: Visando atender o interesse público, o Estado pode adquirir bens e equipamentos, tais como medicamentos e maquinário para hospitais e postos de saúde, armas e munições para as forças militares e policiais, computadores e veículos para serem entregues em doação a entidades públicas e privadas.

Alguns destes bens são de maior ou menor durabilidade, mas todos, sem exceção, assim que integram o patrimônio público, precisam ter destinação que atenda ao interesse social, pois não é permitido liberalidade com o interesse público.

Entretanto, muitas vezes o processo de aquisição e de destinação contempla todos os preceitos legais pertinentes, mas a entrega do bem doado não se efetiva, pela não retirada do bem pelo donatário.

O cenário que se configura é de desperdício de dinheiro público, pois enquanto muitos bens se perdem pelo desgaste natural ou por obsolescência programada, outras entidades sofrem com a falta deles.

É para evitar tais situações de desperdício que conto com o apoio dos nobres pares para a presente proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.212/2017

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Odon Oliva, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva Odon Oliva, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de abril de 2017.

Deputado Paulo Guedes – PT

Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Justificação: A Associação Esportiva Odon Oliva tem cumprido com suas finalidades, promovendo a prática de Esportes e Lazer para a população de Monte Azul. Durante o ano são realizados campeonatos para os jovens, adultos e veteranos, e durante a semana são realizadas aulas de futebol de campo para as crianças.

Todas essas atividades são sem fins lucrativos, visando a formação de atletas e o incentivo de práticas esportivas.

Em face do exposto, encaminho este projeto de lei para aprovação desta Casa.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.213/2017

Institui o “Dia Estadual do Imigrante Italiano”.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS DECRETA:

Artigo 1º – Fica instituído o "Dia Estadual do Imigrante Italiano", a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de fevereiro.

Artigo 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arlen Santiago

Deputado Estadual

Justificativa:

O Dia Estadual do Imigrante Italiano em 21 de fevereiro de cada ano, é uma comemoração no Estado brasileiro de Santa Catarina, que foi estatuída pela Lei Nº 14.515 de 21 de outubro de 2008, em apoio ao "Dia Nacional do Imigrante Italiano" no Brasil.

A data comemorativa de brasileiros tem por fim, marcar a data de 21 de fevereiro de 1874, em que chegaram ao porto brasileiro de Vitória-ES no Navio Sofia, as primeiras 380 famílias de italianos acolhidos nas Terras Brasilis, que então se estabeleceram no Estado brasileiro do Espírito Santo.

Para conhecimento, a imigração italiana no Brasil teve como seu ponto alto, o período entre 1880 e 1930, e atualmente, os ítalo-brasileiros estão espalhados principalmente pelos estados do Sul e do Sudeste do Brasil.

Os ítalo-brasileiros são descendentes da enorme massa de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil entre 1870 e 1960.

Não existem dados concretos sobre o número de descendentes de italianos vivendo em território brasileiro, visto que o censo nacional do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] não questiona a ancestralidade do povo brasileiro há várias décadas.

No último censo a questionar a ancestralidade em 1940, 1.260.931 brasileiros disseram ser filhos de pai italiano, enquanto que 1.069.862 disseram ser filhos de mãe italiana.

Segundo esse senso, os italianos natos vivendo no Brasil eram então, 285 mil e os naturalizados brasileiros, 40 mil.

Portanto, de acordo com o Senso de 1940, em meados do século XX, italianos e filhos de italianos eram pouco mais de 3,8% da população do Brasil.

De acordo com uma pesquisa de 1999, organizada pelo sociólogo brasileiro e ex-presidente do IBGE, Simon Schwartzman, cerca de 10% dos brasileiros entrevistados afirmaram ter ancestralidade italiana, percentual que, numa população de cerca de 200 milhões de brasileiros, representaria em torno de 20 milhões de descendentes de filhos da Itália.

Uma fonte italiana fez uma estimativa em 1996, chegando a ao número de 22.753.000 descendentes de italianos no Brasil.

A embaixada italiana no Brasil divulgou em 2013, o número de 30 milhões de descendentes de imigrantes italianos (cerca de 15% da população brasileira), metade no estado de São Paulo. Segundo pesquisa do demógrafo italiano, Giorgio Mortara, que viveu certo período de sua vida no Brasil, cujo trabalho foi complementado na década de 1980 por Judicael Clevelário, apenas entre 16 e 18% da população brasileira descendia de imigrantes entrados no Brasil após 1840, incluindo italianos e todas as outras nacionalidades.

Os ítalo-brasileiros são considerados a maior população de descendentes ou "oriundis" de italianos fora da Itália. Os ítalo-brasileiros mantêm os costumes tradicionais italianos, assim como parte da população brasileira, que acabou por absorvê-los por causa do impacto da imigração italiana no Brasil.

A contribuição dos italianos é notável em todos os setores da sociedade brasileira, principalmente na mudança socioeconômica que os italianos produziram no campo e nas cidades.

Nesse sentido, pode-se citar desde o modo de vida que mudou profundamente influenciado pelo catolicismo, bem como nas artes, música, arquitetura, alimentação e no empreender italiano na abertura de empresas, e também como trabalhadores especializados.

No campo, pode-se citar a introdução de novas técnicas agrícolas, e principalmente na mudança do latifúndio para pequenas propriedades agrícolas e na introdução da policultura de produtos.

A grande maioria dos ítalo-brasileiros está no sul e no sudeste do Brasil, mas há ítalo-brasileiros também em outras regiões do Brasil. Muitos ítalo-brasileiros já residentes no Brasil, em especial no sul, teriam migrado para estados do Centro-Oeste - em especial para o Mato Grosso do Sul.

No Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, alguns ítalo-brasileiros ainda falam italiano e outros dialetos regionais da Itália, mas ítalo-brasileiros mais jovens costumam falar apenas português.

Fonte: <http://datascomemorativas.org/dia-estadual-do-imigrante-italiano-21-de-fevereiro/>

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2017.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.214/2017

Torna obrigatória a manutenção, pelas instituições bancárias e equivalentes, no âmbito do Estado, de profissionais de segurança nas áreas de suas agências e seus postos de extensão, subentende-se casas lotéricas e congêneres, no período em que estiverem disponíveis ao público.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam as instituições bancárias e equivalentes, no âmbito do Estado, obrigadas a manter profissional de segurança nas áreas de suas agências e seus postos de extensão, subentende-se casas lotéricas e congêneres, no período em que estiverem disponíveis ao público.

Parágrafo único – Para efeitos do disposto no art 1º, os custos gerados aos postos de extensão serão arcados pela instituição bancária responsável.

Art. 2º – O descumprimento desta lei acarretará a imposição das sanções de advertência, multa e interdição total ou parcial do estabelecimento, conforme disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Parágrafo único – As multas deverão ser destinadas ao Fundo de Defesa do Consumidor, observadas as disposições da legislação específica.

Art. 3º – O Poder Executivo, por meio de seu órgão competente, fiscalizará o cumprimento desta lei.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de abril de 2017.

Deputado Antonio Lerin – PSB

Vice-Líder do Bloco Compromisso com Minas Gerais

Justificação: Esta proposição obriga as instituições bancárias e equivalentes, no âmbito do Estado, a manter profissionais de segurança nas áreas dos caixas eletrônicos de suas agências, objetivando a diminuição do galopante número de ocorrência de furtos e roubos nas proximidades das agências bancárias.

Pela importância deste projeto de lei, espero a aprovação dos nobres pares desta Casa Legislativa.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Fred Costa. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 684/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.215/2017

Declara de utilidade pública o Rotary Club Passos Rio Grande, com sede no Município de Passos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Rotary Club Passos Rio Grande, com sede no Município de Passos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 25 de abril de 2017.

Deputado Cássio Soares – PSD

Justificação: O Rotary Club Passos Rio Grande é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, fundada, em especial, com o objetivo de estimular e fomentar o ideal de servir, apoiando o reconhecimento do mérito de toda ocupação útil e a difusão das normas de ética profissional. A documentação apresentada atesta que a sua diretoria é constituída por pessoas idôneas e não remuneradas e que a entidade está em regular funcionamento há mais de um ano, nos termos da Lei nº12.972/1998. Certo da importância da proposição, conto com o apoio dos nobres deputados para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 6.847/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Maj. Daniela Lopes Rocha da Costa, Cap. João Paulo Pessoa Veloso de Almeida, Subten. Flávio Cirilo Cardoso e 1º-Sgt. Marcos Vinício de Lima, do Corpo de Bombeiros, pela atuação na operação de resgate aéreo de um cachorro, pertencente a uma família de lavradores da cidade, que estava isolado em uma pedreira do Município de Santa Rita do Sapucaí. O animal estava sumido desde o dia 2/4/2017 e foi resgatado pela corporação três dias depois de seu desaparecimento.

O diploma será entregue em mãos pelo deputado.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à Maj. Daniela Lopes Rocha da Costa, Cap. João Paulo Pessoa Veloso de Almeida, Subten. Flávio Cirilo Cardoso e 1º-Sgt. Marcos Vinício de Lima no Batalhão de Operações Aéreas - BOA, Rua Boaventura, 2312 – Hangar 7, Bairro Liberdade, Pátio Sul – Belo Horizonte – Minas Gerais – CEP: 31270-310..

Sala das Reuniões, 24 de abril de 2017.

Deputado Noraldino Júnior – PSC

Justificação: O cachorro Gaúcho, que pertence a uma família de lavradores que vive na zona rural da cidade, não voltou para casa depois de ser solto durante a noite para vigiar a propriedade. Os donos chegaram a fazer uma busca, mas, como não o encontraram, pediram ajuda.

Na segunda-feira (3), os militares do Corpo de Bombeiros e representantes de uma ONG da cidade iniciaram as buscas. A equipe de resgate diz ter procurado pelo animal a partir do som por ele produzido.

Eles abriram caminho em meio a mata fechada para que os militares da corporação conseguissem chegar mais perto do animal. Contudo, segundo afirmou o Corpo de Bombeiros, o local onde Gaúcho estava era de difícil acesso. Por isso, o helicóptero da corporação em Varginha foi acionado para auxiliar no trabalho de resgate (Trecho retirado de reportagem feita pelo jornal O Tempo , publicada no dia 6/4/2017.).

– À Comissão de Meio Ambiente.

REQUERIMENTO Nº 6.860/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com paratletas mineiros pelas conquistas das 280 medalhas na competição regional Centro-Leste do Circuito Caixa Loterias, realizada em Brasília e promovida pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, nas modalidades de halterofilismo, atletismo e natação.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação à Associação dos Amigos do Instituto São Rafael na Av. Augusto de Lima, 2109 - Barro Preto - Belo Horizonte CEP 30190-002, à Associação dos Paraplégicos de Uberlândia na Rua Juvenal Martins Pires, 281 - Jardim Patricia, Uberlândia - MG, 38414-186, à Clube Desportivo para Deficientes de Uberlândia na Rua Francisco Ribeiro, nº 1970 CEP 38408-186 Uberlândia – MG, à Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba na Rua Francisco Puci, 70 - Conj. Calixto Cecilio, Uberaba - MG, 38041-203 e ao Praia Clube na Praça Primo Crosara, 505 - Copacabana, Uberlândia - MG, 38411-076.

Sala das Reuniões, 25 de abril de 2017.

Deputado Gilberto Abramo – PRB

– À Comissão da Pessoa com Deficiência.

REQUERIMENTO Nº 6.861/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Jader Kalid, Diretor Executivo da Revista Exclusive pela comemoração dos 4 (quatro) anos de história e sucesso da Revista Exclusive, que realiza o importante e reconhecido trabalho de levar o nome de Minas aos cenários nacional e internacional .

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Diretor Executivo da revista Exclusive Jader Kalid na Av. Professor Cristóvam dos Santos, 150 - Belvedere, Belo Horizonte - MG, 30320-510.

Sala das Reuniões, 25 de abril de 2017.

Deputado Gustavo Santana – PR

– À Comissão de Transporte.

REQUERIMENTO Nº 6.863/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Policiais Militares pelo exemplar trabalho realizado em Andradas, no dia 25/04/2017, quando após intensa perseguição, realizaram cerco e bloqueio de um caminhão com aproximadamente 4.130kg de maconha. Os Policiais Militares lograram êxito na prisão do motorista, do caminhão e de todo material ilícito.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Helbert Figueiró de Lourdes na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N, Prédio Minas 6º Andar, Belo Horizonte - MG. e ao Comandante da 163ª COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR na RUA MANOEL LOPES JUNIOR , 00520 - VILA BUZZATO - Andradas.

Sala das Reuniões, 26 de abril de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Presidente da Comissão de Segurança Pública

Justificação: Conforme REDS 2017-008701970-001, segue lista dos Policiais Militares:

3 Sargento Marlon Lopes de Oliveira - IPEL PM / 163CIA PM / 29BPM

3 Sargento Saulo Guedes Lima - IPEL PM / 163CIA PM / 29BPM

3 Sargento Alexander Coelho Fernandes - IPEL PM / 163CIA PM / 29BPM

Soldado Adiel Antonio do N Pereira - 1PEL PM / 163CIA PM / 29BPM

3 Sargento Silvio Cesar Oliveira Diogo - 3GP / 3PEL PM / 163CIA PM / 29BPM

3 Sargento Rosely Elaine Faria - 1PEL PM / 163CIA PM / 29BPM

2 Tenente Wilson Marforio Mendes - 3PEL PM / 163CIA PM / 29BPM

3 Sargento Gilberto Antonio M Lombello - 2GP / 3PEL PM / 163 CIA PM / 29BPM

Soldado Juarez Gustavo C de Oliveira - 2GP / 3PEL PM / 163CIA PM / 29BPM

3 Sargento Guilherme Tadeu de Pinho Silva - 2GP / 2PEL PM / 163CIA PM / 29BPM

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO

Nº 6.862/2017, do deputado Isauro Calais, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Grupo Bahamas, representado por seu presidente, Sr. Jovino Campos Reis, pelos relevantes serviços prestados a Juiz de Fora e região, com o crescimento de sua rede de supermercados, tendo o grupo, sediado em Juiz de Fora, atingido o 16º lugar entre os supermercados do País, empregando, em especial na Zona da Mata, sete mil mineiros. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.776/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 14, inciso V e § 1º, do Regimento Interno, a convocação de reunião especial para homenagear o empresário Arthur Arpini Coutinho pelo título de Cidadão Honorário de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2017.

Deputado Carlos Pimenta – PDT e outros.

Justificação: Arthur Arpini Coutinho é diretor-presidente do Frigorífico Rio Doce S.A - Frisa. Nasceu em Colatina (ES), em 1932. Graduou-se como engenheiro civil pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Aos 24 anos, trabalhou na Empresa Luz e Força Santa Maria. Em 1968, aos 36 anos, liderou um grupo de empresários na fundação do Frisa, onde exerce hoje a função de diretor-presidente.

O Frisa foi criado em 1968 em Colatina e destaca-se como um dos principais frigoríficos do Brasil, com capacidade de produção diária de mais de 300 toneladas de carne. Nas três principais unidades de abate do Frisa, Colatina, Nanuque e Teixeira de Freitas, a capacidade de abate é de 1.500 cabeças por dia.

Somente em Nanuque, são 975 funcionários diretos, que garantem um abate médio de 600 animais/dia. Para breve, está prevista a criação de mais de 120 postos de trabalho. Atualmente, nas três unidades industriais e em Niterói, o Frisa emprega quase 3.500 empregados.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.797/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 183 do Regimento Interno, seja o Projeto de Lei nº 2.553/2015 distribuído à Comissão de Administração Pública para parecer.

Sala das Reuniões, 26 de abril de 2017.

Deputado João Magalhães – PMDB

Presidente da Comissão de Administração Pública

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.798/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos art. 232, VIII, do Regimento Interno, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.702/2016, deste deputado, que encontra-se aguardando parecer em comissão.

Sala das Reuniões, 25 de abril de 2017.

Deputado Léo Portela – PRB

Vice-Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Minas e Energia e de Saúde e do deputado Celinho do Sinttrocel.

Oradores Inscritos

– Os deputados Isauro Calais, Emidinho Madeira, Duarte Bechir, João Leite, André Quintão e Rogério Correia proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Minas e Energia – aprovação, na 2ª Reunião Ordinária, em 25/4/2017, dos Requerimentos nºs 6.374 e 6.517/2017, do deputado Gil Pereira, e 6.800/2017, do deputado Arlen Santiago;

e de Saúde – aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 26/4/2017, do Requerimento nº 6.773/2017, do deputado Noraldino Júnior (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.798/2017, do deputado Léo Portela, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.702/2016 (Arquive-se o projeto.); e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 2.776/2017, do deputado Carlos Pimenta e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para entregar o título de Cidadão Honorário do Estado ao empresário Arthur Arpini Coutinho.

Questão de Ordem

O deputado Antônio Jorge – Obrigado, presidente Dalmo. Fiz questão de pedir a palavra pela ordem porque me senti implicado pela quase cívica convocação do deputado André Quintão em relação ao debate. Essa é a casa do contraditório, do debate. O deputado André Quintão tem razão quando chama todos ao debate dos grandes temas, quando chama todos os parlamentares ao

debate do que hoje aflige a agenda cotidiana do cidadão mineiro e brasileiro. Digo que me senti implicado e provocado para fazer o contraponto porque realmente percebo, na qualidade da intervenção do deputado André Quintão, uma intenção muito sincera de que o debate tenha resultante contributiva para a sociedade. Na minha posição antagônica em alguns aspectos de membro que se alinha com as posições da oposição desta Casa, resolvi participar hoje e abrir este debate, apesar de estarmos falando aqui para pouquíssimos deputados, mas para os que nos acompanham pela TV Assembleia, questionando alguns aspectos da fala do deputado André Quintão. Primeiramente, foi dito que o debate não acontece nesta Casa pela ausência da oposição. Diria até que nas últimas semanas, a oposição, apesar de minoritária em termos quantitativos no Plenário, tem tido uma presença maior que os membros da base do governo. Há uma ausência muito grande. Aliás, a pauta não anda de forma significativa muito mais pela ausência dos membros da base do governo do que da oposição. Segunda questão que acho importante salientar é que nem todos, por serem oposição ao governo, se alinham a posições no plano federal em relação ao governo Temer. Talvez eu tenha sido o deputado que mais exaustivamente alardeou os riscos da PEC do limite de gastos na área da seguridade social e especificamente na área da saúde. Fizemos até debates sobre esse tema, e continuo dizendo que teremos um cenário pavoroso na saúde nos anos vindouros em função da PEC do limite dos gastos, que infelizmente foi um debate vencido. Na questão da reforma da previdência, da mesma forma, eu, o deputado Tolentino e nossa pequena bancada do PPS nos manifestamos contrariamente, mas não à perspectiva de reforma – é necessário reformar, temos de ter a coragem de fazê-lo. O que somos é absolutamente contrários majoritariamente aos aspectos da reforma da previdência veiculados, neste momento, pelo governo federal. Lamentamos muito a perda de direitos em relação aos aposentados, aos benefícios continuados, à aposentadoria rural e às mulheres. Concordamos que é preciso reconhecer mudanças no cenário epidemiológico, pensar no futuro das próximas gerações, mas essa é, mais uma vez, uma reforma que recai somente sobre os pobres. Então, há, sim, na oposição também perspectivas de contribuição para esse debate, não há ausência de interesse nesse debate. É preciso ainda dizer que guarda uma certa incoerência a provocação do deputado André Quintão quando ele fala deste governo, porque fala que estamos omissos em relação ao debate federal no que tange, por exemplo, à perda de direitos, à elevação de impostos. Ora, o governo Pimentel começou aumentando impostos, impostos de remédios, ICMS dos medicamentos. O medicamento hoje mais taxado no Brasil no imposto estadual é exatamente o de Minas Gerais, o ICMS de medicamentos. Há uma contradição. É preciso olhar o que se faz em Minas, e, neste estado, infelizmente, começou-se o governo aumentando impostos. Deputado Dalmo, há uma profunda incoerência quando se fala da preocupação com os direitos das pessoas e quando se confiscam os recursos dessas pessoas das demandas judiciais. Dos que estão batendo à porta do Banco do Brasil com suas sentenças transitadas em julgado e não estão recebendo, 70% são casos de pensão alimentícia, mães que lutaram dois, três anos para reajustar uma pensão que estava depositada em juízo e não conseguem acesso agora porque o governo Pimentel pegou o dinheiro. Falar agora que está preocupado com os direitos somente quando é exarada do plano federal alguma medida me parece bastante incoerente. Quando reduzimos as mamografias e tiramos os direitos das mulheres de fazer sua prevenção de câncer de mama, estamos atingindo direitos. É preciso, sim, e esse é um papel da oposição. Por isso minha pretensão – já encerro, deputado Dalmo – de fazer este debate sem nenhum binarismo e sem nenhuma polarização histórica ou estéril. Mas quero dizer que há preocupações, sim, porque o governo estadual falha na questão do direito das pessoas em Minas Gerais, recorta dinheiro dos depósitos judiciais, aumenta impostos, porque seu principal imposto é o ICMS. Agora, uma medida que não dá nem para debater: a questão do fundo dos imóveis, sem haver uma transparência. Sequer temos a lista dos imóveis, sequer temos os cálculos precisos e a apresentação arrazoada do que será feito. Os recursos que serão arrecadados com essa medida, que acarretarão 50 anos de aluguel pela frente, deputado Tolentino – ora dizem que é R\$4.000.000.000,00, ora dizem que é R\$8.000.000.000,00 – correspondem a uma folha, a um mês. Vamos sacrificar o patrimônio do Estado por 50 anos para resolver a folha de um mês. Essa história está mal contada, e, se o debate não é mais frutífero, é porque falta transparência ao governo do Estado na apresentação de seu projeto.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 27, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 40/2016, DO NOME DO SR. RODRIGO DE MELO TEIXEIRA PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEAM – NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/3/2017

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Fábio Cherem e Tiago Ulisses (substituindo, respectivamente, os deputados Cássio Soares e Hely Tarquínio, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Léo Portela e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, a subscreve e solicita aos membros da comissão presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do indicado, Sr. Rodrigo de Melo Teixeira, para o cargo de presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam –, apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência passa a ouvir o indicado e a proceder à sua arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 40/207 (relator: deputado Durval Ângelo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de março de 2017.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/4/2017

Às 16h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Bosco e Cristiano Silveira (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (3 e 8/12/2016); dos Srs. Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso, diretor-geral da Arsae-MG, e Jair Vieira Tannus Junior, secretário substituto de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (22/12/2016); dos Srs. Alex Sandro Feil, superintendente de Comunicação e Relações Institucionais da Agência Nacional de Energia Elétrica, e Willis Urbano Taranger, chefe de gabinete do Ministro do Trabalho (10/1/17); da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (9/3/2017) e do Sr. Mário Luiz Alves, presidente da Câmara Municipal de Caxambu (20/3/2017). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.902/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública para debater o novo Marco Regulatório da Mineração a ser apresentado sob a forma de medida provisória da Presidência da República, para a qual seja convidado o Ministério de Minas e Energia;

nº 7.903/2017, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada visita às obras de implantação da megasina de geração de energia solar, localizada no Município de Pirapora, para conhecer todo o processo de construção de uma usina desse porte, as dificuldades enfrentadas e os benefícios que uma obra de tal magnitude pode trazer ao Estado;

nº 7.904/2017, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Fazenda e ao Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – pedido de providências para ajustar os Convênios nºs 16/2015, com o objetivo de adequá-lo à Resolução Normativa nº 687/2015, da Aneel; e 101/1997, devido às atualizações tecnológicas ocorridas no setor fotovoltaico brasileiro;

nº 7.905/2017, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Uberaba para debater a construção do gasoduto Queluzito-Uberaba, que viabilizará a construção e o funcionamento da fábrica de amônia nesse município;

nº 7.906/2017, do deputado Bosco, em que requer seja realizada visita à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM –, localizada no Município de Araxá, para conhecer as instalações, suas atividades mineratórias de nióbio e terras-raras, bem como seus programas e ações de sustentabilidade;

nº 7.907/2017, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Araxá para debater a construção do gasoduto Queluzito-Uberaba que viabilizará a construção e funcionamento da fábrica de amônia nesse município;

nº 7.908/2017, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública no Município de João Pinheiro para debater o desenvolvimento da energia fotovoltaica nessa região;

nº 7.909/2017, do deputado Bosco, em que requer seja realizada audiência pública para debater a formação de mão de obra técnica destinada à produção de energia solar fotovoltaica;

nº 7.910/2017, dos deputados Rogério Correia e Cristiano Silveira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os prejuízos para a Cemig e para o Estado decorrentes da possibilidade de perda das usinas hidrelétricas de Jaguará, Miranda, São Simão e Volta Grande, tendo em vista a publicação da Portaria nº 133, de 2017, do Ministério de Minas e Energia, autorizando a Aneel a promover leilão para outorga de concessões dessas usinas;

nº 7.911/2017, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada visita à Cemig para conhecer seu novo presidente, apresentar os membros da Comissão de Minas e Energia, bem como as ações previstas para o novo biênio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de abril de 2017.

João Vítor Xavier, presidente – Bosco – Geraldo Pimenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2017

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Cristiano Silveira e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: abaixo-assinado dos sentenciados que cumprem pena nas dependências do PPP II, em Ribeirão das Neves, em que

apresentam denúncias e requerem providências; e ofícios da Sra. Cláudia Nogueira Veloso, advogada, em que requer providências quanto ao requerimento de Milton Gama da Silva no processo 75.840, que corre na 3ª Vara Cível da Comarca de Barbacena, e do Sr. Lucas Laire Faria Almeida, advogado, em que requer providências no sentido de transferir Rivanio Augusto de Souza Silva, custodiado no presídio de Vespasiano, para outra unidade prisional. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Luiz Flávio Cortat, superintendente de Investigação e Polícia Judiciária, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.974/2016 (11/11/2016); Antônio Brandão, prefeito de Brumadinho, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.246/2016 (19/11/2016); Edmundo Antonio Dias Netto Junior, procurador da República, comunicando o arquivamento, por esse órgão, do inquérito civil que menciona, instaurado para apurar o destino dos arquivos dos órgãos de segurança do Estado no período de 1964 a 1985 (24/11/2016); Edmundo Antônio Dias Netto Júnior, Procurador da República do Ministério Público Federal, em que requer sejam adotadas providências para a efetiva implementação tanto do Comitê quanto do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura em Minas Gerais (22/12/2016); Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac –, em que requer que os membros desta comissão participem sistematicamente dos conselhos de direitos e comitês vinculados a essa Secretaria (9/2/2017); e da Sra. Luislinda Dias de Valois Santos, secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em que encaminha projeto de lei destinado à criação de delegacia especializada de repressão aos crimes de racismo, xenofobia, homofobia, intolerância religiosa e afins (13/2/2017). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.420/2015 e 3.680/2016 (ambos por redistribuição), ambos em turno único (Celise Laviola) e 3.023/2015 (redistribuição), em turno único (Cristiano Silveira). Retira-se o deputado Geraldo Pimenta e registra-se a presença do deputado Durval Ângelo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação do Projeto de Resolução nº 11/2015 com a Emenda nº 2 da Comissão de Constituição e Justiça, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça e a Emenda nº 3 (relator: deputado Cristiano Silveira) e pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.420/2015, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Celise Laviola). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.524, 6.534, 6.647 a 6.650, 6.655, 6.656 e 6.706/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.989/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência de convidados com a Comissão de Educação e representantes do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindsisemg – para debater a situação do sistema socioeducativo e seus servidores;

nº 7.991/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a obra *Diálogos possíveis sobre a pedagogia e o direito*, vol. II, organizada pelas professoras Mariah Brochado, Marcela Gomes e Nathalia Lipovetsky, e fazer o lançamento do livro de mesmo título, cuja distribuição será gratuita;

nº 7.993/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação que envolve a proposta de privatização dos correios e seu quadro de servidores;

nº 7.994/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater o acirramento e aumento dos crimes raciais e de intolerância contra a população negra, principalmente no Município de Belo Horizonte e região metropolitana.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, realizada em 23/11/2016, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2017.

Cristiano Silveira, presidente – João Leite – Durval Ângelo – Geraldo Pimenta.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Direitos Humanos

Local visitado: Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 7.365/2016, de autoria do deputado Rogério Correia, a Comissão de Direitos Humanos visitou, em 23/11/2016, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, localizado em Belo Horizonte, para acompanhar o julgamento do Mandado de Segurança nº 0805208-70.2015.8.13.0000, impetrado pela Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo – Capia –, em que solicita a anulação do decreto de desapropriação de área localizada na Fazenda Ariadnópolis, no Município de Campo do Meio, para fins de reforma agrária.

Participou da visita o deputado Rogério Correia, acompanhado de Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT – e coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE/MG –, e de Enio José Bohnenberger, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Relato

Por ocasião da visita, a Comissão de Direitos Humanos acompanhou o julgamento de mérito do Mandado de Segurança nº 0805208-70.2015.8.13.0000, que tramita perante o Cartório de Feitos Especiais do TJMG. Até o dia do julgamento, havia decisão liminar suspendendo os efeitos do decreto do governador do Estado que declarou que as áreas da Fazenda Ariadnópolis, localizada no Município de Campo do Meio, seriam destinadas para promoção da reforma agrária.

O referido mandado de segurança tem como partes: a Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo – Capia –, como impetrante; o governador do Estado, como impetrado; o Estado de Minas Gerais, o Sindicato dos Empregados Rurais da Região Sul de Minas Gerais e Samuel Magid Barouche, como interessados; e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, como *amicus curiae*.

Nos debates orais, o advogado do Sindicato dos Empregados Rurais da Região Sul de Minas Gerais, Carlos Torezani, alegou “interesse social” como argumento para justificar a destinação da propriedade para a reforma agrária. Já a advogada da Capia, Maria Fernanda Pereira, justificou que a desapropriação para a realização de reforma agrária é uma prerrogativa federal e que, portanto, o decreto do Estado não poderia estar em vigor.

O TJMG denegou a segurança e reestabeleceu os efeitos do decreto de desapropriação para fins de reforma agrária, reformando a decisão liminar.

O advogado Carlos Alberto Torezani relatou que no terreno será feita uma colônia agrícola. E afirmou que o local é ocupado por 400 famílias e que o decreto do governador, além da desapropriação, garante uma indenização de 53 milhões de reais para pagar créditos trabalhistas a ex-empregados da Capia.

A decisão foi comemorada pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST –, que aguardavam o julgamento, bem como pelo deputado Rogério Correia, que relatou que acompanha o caso há anos e entendeu que o julgamento mostra “a quem de direito a terra pertence”.

Conclusão

A Comissão de Direitos Humanos cumpriu a finalidade da visita ao TJMG, tendo acompanhado o julgamento de mérito do Mandado de Segurança nº 0805208-70.2015.8.13.0000, o qual reestabeleceu os efeitos do decreto de desapropriação da Fazenda Ariadnópolis para fins de reforma agrária.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2017.

Rogério Correia, relator.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2017

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. José Rodrigues Pinheiro Dória, secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (4) (7/4/2017); da Sra. Maria da Conceição Aparecida Baêta, presidente da Câmara Municipal de Carandaí, e do Sr. Fernando Damata Pimentel, governador do Estado (8/4/2017). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.145/2015 (deputado Ivair Nogueira) e 1.498/2015 (deputado Ulysses Gomes), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.833/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Ulysses Gomes). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2017.

Tiago Ulisses, presidente – Cássio Soares – Carlos Henrique – Felipe Attiê – Ulysses Gomes.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2017

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco, Thiago Cota, Dilzon Melo e André Quintão (substituindo o deputado Geraldo Pimenta, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência comunica que, em consenso com os membros da comissão, a realização das reuniões ordinárias fica fixada para as quartas-feiras, às 10h30min. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.706/2016, em turno único (deputado Geraldo Pimenta, em virtude de redistribuição); Projeto de Lei nº 3.772/2016, em turno único (deputado Glaycon Franco); e Projeto

de Lei nº 3.774/2016, em turno único (deputada Marília Campos, em virtude de redistribuição). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.488/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado André Quintão, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade o Projeto de Lei nº 3.768/2016 (relator: deputado Dilzon Melo) com a Emenda nº 1, votada em separado, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.315/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nsº 7.701 a 7.704/2017. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.001/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Glaycon Franco, Dilzon Melo, Thiago Cota e André Quintão, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater o Projeto de Lei nº 1.488/2015, que altera a Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos;

nº 8.002/2017, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria no Município de Frutal para debater questões relativas aos aspectos ambientais no setor agropecuário, levantadas pelos produtores rurais da região, entre as quais a concessão de outorgas, a exigência de fossas sépticas, áreas de APP e procedimentos de tramitação de protocolos e requerimentos à Supram.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.003/2017, do deputado Durval Ângelo, em que requer seja realizada audiência pública para debater as práticas desportivas que utilizam animais, conhecidas como vaquejadas e rodeios;

nº 8.004/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a liberação da licença ambiental para a duplicação da Rodovia BR-040 no trecho que passa pelo Estado;

nº 8.005/2017, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Betim para debater a situação das nascentes que abastecem a Represa Várzea das Flores e os impactos ambientais das ocupações irregulares;

nº 8.006/2017, do deputado Geraldo Pimenta, em que requer seja realizada visita ao Parque do Cedro, no Município de Betim, para avaliar as condições em que se encontram as nascentes, dois lagos e um córrego que abastecem a Represa Várzea das Flores;

nº 8.007/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos e as possíveis alternativas à construção da barragem no Rio Pacuí, que será feita pela Copasa-MG;

nº 8.008/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para regularizar o abastecimento de água nos Bairros Bela Vista, Durval de Barros e Palmeiras, no Município de Ibirité;

nº 8.010/2017, do deputado Glaycon Franco, em que requer seja realizada audiência pública para debater os pontos pendentes para a concessão, pelo Ibama, da licença de instalação para as obras de duplicação da Rodovia BR-040, no trecho que corta o Estado, operado pela concessionária Via 040;

nº 8.014/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para a implantação do sistema de distribuição de água para atender os bairros da Região de Esmeraldas, entre quais o Parque do Sabiá, o Jardim dos Coqueirais, o Parque Novo Ceasa, os Vales 1 e 3, o Quintas São José e o Vivenda Barbosa, tendo em vista terem sido perfurados os poços para extração de água na região da BR-040, no Município de Esmeraldas;

nº 8.016/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para promover a elaboração do plano de manejo da Área de Preservação Ambiental – APA – Parque Fernão Dias, com recursos destinados a esse fim por emenda ao orçamento de 2017 pela Comissão de Participação Popular, e a instalação de seu conselho gestor, previstos na Lei nº 22.428, de 2016, que criou a referida APA.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2017.

Glaycon Franco, presidente – Dilzon Melo – Marília Campos – Geraldo Pimenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/4/2017

Às 9h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Antônio Jorge, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o surto de febre amarela no Estado, em especial na região dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri, do Rio Doce e em Governador Valadares. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Nazaré Anjo dos Santos Chagas, secretária de Imprensa do Conselho Estadual de Saúde, representando o vice-presidente desse conselho; Vanessa Maria Rodrigues Coelho, gerente de Epidemiologia e Informação da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, representando o secretário dessa pasta; Adivete Santos Figueiredo, coordenadora de Epidemiologia da Superintendência Regional de Saúde de Teófilo Otôni, representando a superintendente desse órgão; Janine Souza Vicente, superintendente regional de Saúde de Governador Valadares; Elice Eliane Nobre Ribeiro, coordenadora do Núcleo de Gestão Estratégica da Saúde de Governador Valadares; e os Srs. Rodrigo Fabiano do Carmo Said, subsecretário de Vigilância e Proteção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde; Saulo Aparecido de Oliveira Pinto, secretário executivo do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais, representando a presidente desse conselho; Francisco de Oliveira Carvalho, gerente regional de Saúde de Pedra Azul; Chequer Buffe Chamone, coordenador da Divisão de Epidemiologia da Fundação Ezequiel Dias; e José Roberto Pimenta Mourão, superintendente Regional de Saúde de Diamantina. A presidência concede a palavra ao deputado Doutor Jean Freire, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência recebe as Notas Técnicas nºs 1 e 3, a Nota Técnica Informativa e o ofício OF/GAB/EXT/122/2017, todos emitidos pela Prefeitura de Governador Valadares. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Doutor Wilson Batista – Antônio Jorge.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/4/2017

Às 9h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta e Antônio Jorge, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a

apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância da conscientização e da sensibilização sobre o autismo. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Sras. Mônica Soares de Barros, informando que está faltando o medicamento sabutamol, para asma, nos postos de saúde de Belo Horizonte; Paola Fernandes Viana, que reclama do fato de o projeto de lei que fixa o salário-base para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais não ter ainda recebido parecer; e do Sr. Maximiliano Anarelli de Souza, informando que 17 de abril é o Dia Mundial da Hemofilia e convidando a Assembleia Legislativa a divulgar essa data. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.773/2017. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.998 a 8.000/2017. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.043/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública com a finalidade de debater o lúpus eritematoso sistêmico e comemorar o Dia Internacional de Atenção à Pessoa com Lúpus;

nº 8.045/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater as possibilidades e inovações no tratamento das atrofia muscular rarefas;

nº 8.046/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizado debate público sobre as medidas do Poder Judiciário e a judicialização da saúde;

nº 8.047/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências, acompanhado de cópia do ofício da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, para que analise a liberação de R\$4.000.000,00 para pagar despesas com a epidemia de arboviroses nesse município.

Foram ratificados pelos deputados presentes os Requerimentos nºs 6.573 e 6.705/2016, nos termos do art. 73 do Regimento Interno. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Patrícia Siqueira Silveira, auditora fiscal do trabalho e coordenadora estadual do Projeto de Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego; Maria Helena Roscoe, representante da Associação dos Amigos do Autista de Minas Gerais; Denise Martins Ferreira, assessora da Associação dos Transtornos do Espectro do Autismo de Minas Gerais; Cristina Abranches Mota Batista, superintendente do Centro de Atendimento e Inclusão Social; Cyntia de Lima Prata, membro da Associação nos Transtornos do Espectro do Autismo de Minas Gerais; Ginna Claudia Mantovani Lacerda, coordenadora do Núcleo de Apoio à Inclusão de Cataguases; Lérida de Sá Orlandi, membro da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB-MG; e os Srs. Luís Renato Braga Areas Pinheiro, defensor público titular da 2ª Defensoria de Família e coordenador local de Betim; e Cristiano Túlio Maciel Albuquerque, gerente assistencial do Hospital Infantil João Paulo II, representando o diretor desse hospital. A presidência concede a palavra ao deputado Antônio Jorge, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2017.

Geraldo Pimenta, presidente.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 2/5/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.773/2016, do deputado Duarte Bechir.

Requerimentos nºs 5.640 a 5.644/2016, do deputado Cabo Júlio; 6.168/2016, da Comissão de Direitos Humanos; 6.631 e 6.633/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.634/2017, da Comissão de Administração Pública; 6.658/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.681/2017, do deputado Gustavo Santana; 6.694/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.753 e 6.757/2017, do deputado Anselmo José Domingos; 6.765, 6.766 e 6.790/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.848/2017, do deputado Felipe Attiê; 6.849/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 6.853/2017, do deputado Noraldino Júnior; e 6.855/2017, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater os casos de explosão de caixas eletrônicos nas agências bancárias e a atuação criminosa de quadrilhas especializadas em assaltos a bancos nos municípios mineiros, em atendimento aos Requerimentos nºs 7.619 e 7.620/2017. (Substitutivo nº 1, do deputado Fábio Cherem, aprovado em 4/4/2017.)

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 2/5/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.672/2016 e 6.626/2017, do deputado Noraldino Júnior; 4.822/2016, da Comissão de Minas e Energia; 5.867/2016, do deputado Elismar Prado; 6.571/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr.; e 6.646/2017 e 6.799/2017, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/5/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 6.802/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, e 6.831/2017, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 2/5/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 1.356/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.723/2015, do deputado Gilberto Abramo; e 3.310/2016, do deputado Gil Pereira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 2/5/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Cássio Soares, Felipe Attiê e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/5/2017, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, contextualizar, com especialistas, o acerto de contas entre a União e estados em virtude da compensação devida pela União decorrente da desoneração do ICMS sobre as exportações promovida pela Lei Kandir e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2017.

Tadeu Martins Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Hely Tarquínio, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Isauro Calais, Luiz Humberto Carneiro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/5/2017, às 10h30min,

na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.092/2017, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2017.

Leonídio Bouças, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.703/2016****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Léo Portela, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Guardas Municipais de Mariana, com sede no Município de Mariana.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.703/2016 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Guardas Municipais de Mariana, com sede no Município de Mariana, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo melhorar as condições de vida e de trabalho da categoria que representa e defender os direitos e interesses de seus associados.

Com esse propósito, a instituição estabelece negociações visando à melhoria na remuneração e nas condições de trabalho da categoria; fornece assistência aos associados; defende seus direitos e interesses; e luta pelo seu aperfeiçoamento técnico-profissional.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida associação no município de Mariana, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.703/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2017.

Coronel Piccinini, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.740/2016**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Cemur Casa de Issacar, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.740/2016 pretende declarar de utilidade pública o Cemur Casa de Issacar, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover o desenvolvimento econômico e social e combater a pobreza.

Com esse propósito, a instituição realiza a promoção da educação, da cultura e da segurança alimentar e nutricional; e promove a ética, a paz, a cidadania e os direitos humanos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Cemur Casa de Issacar no Município de Belo Horizonte, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.740/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2017.

Coronel Piccinini, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.797/2016

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Léo Portela, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Herdeiros de Deus, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.797/2016 pretende declarar de utilidade pública o Instituto Herdeiros de Deus, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover a proteção, o amparo e o atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em vulnerabilidade social.

Com esse propósito, a instituição proporciona assistência aos membros da comunidade por meio da realização de projetos e programas na área de segurança alimentar, assistência social, educação, saúde e combate a fome e a pobreza; e promove a cultura, o esporte e a geração de emprego.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Belo Horizonte, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.797/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2017.

Coronel Piccinini, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 526/2015**Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte****Relatório**

De autoria dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.879/2014, o projeto de lei em epígrafe “assegura ao consumidor de produtos e serviços o direito a informação sobre a inexistência de assistência técnica no município”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 6/3/2015, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Desenvolvimento Econômico.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na sua forma original.

Vem, agora, a esta comissão para receber parecer, em obediência ao art. 188, combinado com o art. 102, IV, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame visa assegurar ao consumidor o direito de informação sobre a inexistência de assistência técnica no município onde é efetivada a contratação dos serviços ou compra do produto.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na sua forma original. Esclareceu que não há regras que determinem a obrigatoriedade de informações sobre os locais prestadores de serviço de assistência técnica para os produtos comercializáveis, sejam eles duráveis ou não, evidenciando lacuna na legislação vigente.

No que diz respeito ao mérito, a proposição se mostra compatível com a Política Nacional das Relações de Consumo, prevista no art. 4º da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor –, pois visa a atender às necessidades dos consumidores, a respeitar sua dignidade, saúde e segurança, a proteger seus interesses econômicos, a melhorar sua qualidade de vida, bem como a assegurar a transparência e harmonia das relações de consumo.

É direito do consumidor, parte hipossuficiente da relação, a obtenção de informação clara sobre a inexistência de assistência técnica no município onde é efetivada a contratação dos serviços ou compra do produto, em obediência aos princípios consumeristas da transparência e da confiança. Além disso, não se pode olvidar ser dever pós-contratual do fornecedor a manutenção de assistência técnica do produto, tanto no prazo da garantia legal quanto após.

Nesse sentido é a lição de Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva “(...) a transparência que se espera do fornecedor não deverá estar presente somente no momento da conclusão do negócio jurídico. Deverá existir durante a oferta e publicidade, ao longo da execução do contrato e até mesmo depois desta (...)”.

Pelo exposto, esta comissão entende que o projeto apresenta relevante significado social, pois garante o direito do consumidor à informação clara sobre a amplitude da rede de assistência técnica de produto ou serviço.

Conclusão

Opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 526/2015 na sua forma original.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2017.

Felipe Attie, presidente – Isauro Calais, relator – João Leite – Tadeu Martins Leite.

 **COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 26/4/2017, a seguinte comunicação:

Do deputado Celinho do Sinttrocel em que notifica o falecimento do Sr. José Osvaldo Rosa de Souza, ocorrido em 13/4/2017. (– Ciente. Oficie-se.)

 **PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 20/4/2017**

O deputado Roberto Andrade* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia que nos acompanham e servidores desta Casa, neste primeiro momento da minha fala, quero registrar que, finalmente, no Município de Viçosa, onde tenho a minha base eleitoral, será instalada a Delegacia Regional da Polícia Civil. Ela já havia sido criada, mas ainda não instalada. Então, fazemos o registro de que, em pouco tempo, ainda no mês de maio, estará efetivamente sendo instalada. Deixo aqui o nosso agradecimento ao chefe da Polícia Civil e ao governador do Estado, que tiveram a sensibilidade de tirar do papel a instalação dessa delegacia e efetivá-la. Estamos parceiros dessa instalação da delegacia. Pela importância que tem Viçosa e pelos números do município, acreditamos que a delegacia não resolverá a criminalidade, mas minimizará um pouco.

Deputado Sargento Rodrigues, um dos fatos mais absurdos aos quais assistimos é que, quando há uma ocorrência policial fora do horário do dia, as pessoas precisam se deslocar para outras cidades a fim de fazer o boletim. No Município de São Pedro dos Ferros aconteceu um fato em que a vítima, dois policiais, o meliante e a testemunha sofreram um acidente. Morreram as cinco pessoas que estavam saindo de São Pedro dos Ferros para fazer a ocorrência policial no Município de Ponte Nova. Viçosa está agora livre desse problema, mas outras cidades, não. Isso precisa ser resolvido de maneira mais efetiva.

O que me traz também a esta tribuna, caro Antonio Carlos Arantes, homem ligado à agricultura, é a questão da segurança do homem no campo. Hoje, na minha região, o homem do campo está completamente desprotegido. A polícia aperta o bandido na cidade, e ele corre para fazer seus roubos e assaltos contra o homem do campo. Temos um movimento que está se iniciando no município. O homem do campo é diferente. Na cidade, uma casa fica do lado da outra, e a pessoa tem um celular por meio do qual pode chamar a polícia. Mas o homem do campo está isolado no seu sítio, na sua pequena propriedade. Na minha cidade de Viçosa, que, aliás, o deputado João Leite conhece muito bem, pois já foi lá várias vezes, há pequenas propriedades. Então, o pequeno proprietário fica completamente desprotegido na sua casinha, pois não tem um celular para chamar a polícia, nenhuma comunicação nem um vizinho para avisar que está sendo assaltado.

Então, aproveito a presença dos deputados Sargento Rodrigues e Antonio Carlos Arantes, presidentes, respectivamente, da Comissão de Segurança Pública e de Agropecuária e Agroindústria, para realizarmos uma audiência pública na Assembleia para discutirmos a questão da segurança do homem no campo. Registro o trabalho na região do Gerson Aires, do movimento Caminhos do Campo; e a ação do meu amigo Hélio Henrique Fontes, produtor rural, que é vítima pelo menos duas vezes por ano de assalto em sua fazenda. Eles vão lá com o caminhão e a caminhonete para roubar gado, outros animais, sacas de café. Esse meu amigo Hélio Henrique Fontes já foi vítima da ação de bandidos várias vezes. A polícia fica com toda a sua limitação não de competência, mas de equipamentos e viaturas. Hoje, em Viçosa, temos um comandante, que é o Cel. Brandão, que tem conduzido a nossa polícia de maneira muito eficiente. Mas ela não consegue levar segurança ao campo. Não temos veículo apropriado para a polícia chegar a essas

fazendas e fazer um policiamento preventivo. Fala-se muito hoje em armar o homem do campo, porque, se o bandido chegar a uma fazenda, a uma pequena propriedade e souber que o proprietário está pelo menos armado, pensará duas vezes antes de invadi-la.

Há pouco tempo, em Viçosa, invadiram uma propriedade, fizeram de refém a esposa e a filha do dono e roubaram a sua produção de café e o seu gado. Então, hoje, na minha região e cidade, a questão da segurança do homem no campo é um problema seríssimo.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Obrigado, deputado Roberto Andrade. Cumprimento V. Exa. pela notícia que trouxe. Estivemos lá em 2015, a pedido de V. Exa., para promover uma audiência pública na Câmara Municipal de Viçosa, onde a população compareceu significativamente. Foi uma audiência muito concorrida. Naquela oportunidade, aportamos diversos requerimentos subscritos não só por iniciativa de V. Exa., mas pelo conjunto de deputados que lá se encontravam – o deputado João Leite também estava lá. Realizamos a audiência pública, e nossa primeira grande preocupação foi a questão do plantão regionalizado, porque os policiais militares continuavam a se deslocar da cidade de Viçosa até Ponte Nova.

V. Exa. trouxe um episódio do qual fazemos questão de lembrar sempre. Depois de uma ocorrência policial no Distrito de Águas Férreas, em São Pedro dos Ferros, a viatura deslocou-se com o cabo, o soldado, a vítima, a testemunha e o autor do crime, que foi o furto de uma cabrita. No deslocamento do plantão regionalizado, houve um acidente de trânsito, que vitimou as cinco pessoas: o autor do crime, a vítima, a testemunha, o soldado e o cabo da Polícia Militar. Temos batido nessa tecla constantemente.

V. Exa. trouxe o anúncio de que a delegacia será instalada efetivamente no mês de maio. Isso não deixa de ser uma vitória. Mas V. Exa. também trouxe outro assunto, falando das dificuldades – obviamente deixando muito claro que não se devem a falta de competência, e concordo com V. Exa. – nem Polícia Civil, nem da Polícia Militar. Todos eles se empenham muito, dedicam-se muito a suas atividades policiais, mas infelizmente, deputado Roberto Andrade, não podemos deixar de trazer aqui alguns números. Somente na Polícia Militar, nos exercícios 2015 e 2016, se compararmos com 2014 – o último ano do governo anterior –, o governo do Estado, o governador Fernando Pimentel, retirou R\$217.000.000,00 do custeio da Polícia Militar. Da mesma forma, vem reduzindo drasticamente a verba destinada, a rubrica, por exemplo, de investimento da Polícia Civil. Em 2014 foram destinados R\$33.000.000,00, o que seria muito bom agora para a Polícia Civil, porque a rubrica investimento é para compra de viaturas, construção de novas delegacias e compra de armamentos, equipamentos, computadores, impressoras, equipamentos de tecnologia necessários à Polícia Técnico-Científica. Em 2014, o governo anterior destinou R\$33.000.000,00; em 2015, houve uma redução para R\$5.000.000,00; em 2016, R\$1.800.000,00.

Portanto, vamos ter uma dificuldade enorme para conseguir esse veículo apropriado que V. Exa. diz ser necessário – e com total razão, porque o veículo para fazer o patrulhamento na zona rural precisa ser mais reforçado. Normalmente pede-se uma caminhonete. Mas, com este governo retirando os recursos drasticamente... Não quero desanimá-lo, até porque sempre fui um entusiasta, sou uma pessoa de pensamento positivo, mas, da forma como o governo está tratando a segurança pública, a tendência é piorar. O crime vem avançando drasticamente em Minas Gerais, é violento.

Parabéns pela fala de V. Exa. Certamente, lá em Viçosa, com a implantação da delegacia, os problemas de deslocamento serão resolvidos. Mas, em compensação, vamos ter de lutar muito para conseguir levar essas viaturas.

O deputado Roberto Andrade* – Muito obrigado, Sargento Rodrigues, pelo aparte.

Foi muito bem lembrada a audiência pública que V. Exa., o deputado João Leite, o então deputado Paulo Lamac e eu realizamos juntos lá. Inclusive, uma das nossas reivindicações era a instalação da Delegacia Regional da Polícia Civil. Naquela época, isso foi muito debatido, e, agora, a instalação dessa Delegacia Regional da Polícia Civil também é fruto daquela nossa audiência, deputado Antonio Carlos Arantes, que aqui nos preside, um homem do campo e que se interessa pelas questões do campo. A instalação dessa Delegacia Regional da Polícia Civil realmente é um trabalho que não se iniciou naquela época, mas resultou de uma longa luta.

Com relação à segurança do homem do campo, insisto: precisamos ter um cuidado muito especial com os nossos agricultores, deputado Antonio Carlos Arantes. Sabemos da dificuldade. Inclusive está havendo um esvaziamento do campo; o agricultor está preferindo morar na cidade e deixar sua propriedade desguarnecida, desprotegida. Então fazemos esse apelo.

O que o deputado Sargento Rodrigues falou realmente é outra luta. Temos de equipar a polícia para proteger o homem do campo. É a prefeitura de Viçosa, bem como as demais prefeituras, que tem dado esse suporte. Tem sido parceira da Polícia Civil, parceira da Polícia Militar, fornecendo combustível, apoio e pessoas do campo administrativo para ajudar a polícia a exercer o seu papel. E fazemos esse apelo.

Aproveito, deputados Antonio Carlos Arantes e Sargento Rodrigues, para solicitar a realização dessa audiência aqui na Assembleia, para apresentarmos esse requerimento. Gostaria que V. Exas. o assinassem também para requerermos essa audiência a fim de discutirmos especificamente a segurança do homem do campo.

Seria isso, presidente. Agradeço a participação em nosso pronunciamento. Agradeço, mais uma vez, porque o governo do Estado se sensibilizou e, efetivamente, está instalando a delegacia regional da Polícia Civil em nossa querida cidade, que tem uma das melhores universidades federais do Brasil e realmente tem uma demanda de segurança muito grande. Agora poderemos contar com um suporte maior em nosso município. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos atentamente os deputados que nos precederam e gostaríamos de tecer algumas considerações a partir do que presenciamos hoje durante a nossa participação na reunião extraordinária da Comissão de Saúde. Essa comissão fez audiência pública para tratar de problemas sérios na área da saúde em Minas Gerais, particularmente relativos a febre amarela, chikungunya, dengue, zika vírus, e assim por diante. Ali tivemos a oportunidade de levar em consideração o relatório do Cosems em Minas Gerais. Cosems é o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais. Nesse relatório – já dissemos aqui, e outros deputados também já o fizeram –, consta que o governo atual está em atraso com os municípios mineiros no valor de R\$1.558.000.000,00. Isso gera, como consequência, o aumento em alta dimensão de doenças que estão alarmando o povo de Minas Gerais.

A chikungunya, por exemplo, no Município de Governador Valadares, já atingiu milhares de pessoas, já notificadas. A gestora de saúde do município, representando o secretário, Dr. Rui Moreira, mostrou, na reunião de hoje, que, só no Município de Governador Valadares, o índice de chikungunya é de 60% do total de Minas Gerais. O índice de chikungunya em Governador Valadares, lamentavelmente, representa 60% do total de incidência em Minas Gerais. Isso, concluiu ela, com todo o fundamento, gera o direito ao município e à região de receber do Estado 60% dos recursos destinados a essa área, e não os recebem.

O que está acontecendo é que os municípios estão enfrentando praticamente sozinhos esses grandes e aflitivos problemas da saúde. A gente sabe que está vivendo uma crise profunda nos níveis nacional, estaduais e municipais. E os reflexos dessa crise atingem, em primeiro lugar, a saúde. Sei que os reflexos atingem também a segurança, a educação, e assim por diante, mas é na saúde que aparece primeiro o reflexo. Por quê? Porque vem a doença e, vindo a doença, não vem a cura, não vem o tratamento. As pessoas pobres são as que mais sofrem, vão para as portas dos hospitais, vão para as macas, não acham vagas para se internar. E, assim, vêm os problemas.

O governo do Estado de Minas Gerais recebe os recursos do governo federal do SUS para repassar aos municípios, mas não está repassando. Estou dizendo isso baseado no relatório do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG. Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, isso está definido no código penal como crime de apropriação indébita. Isso não pode acontecer. Não pode acontecer não só porque é crime, mas porque o povo mineiro não merece um tratamento dessa natureza. Por isso a audiência pública da Secretaria da Saúde, hoje, foi extremamente interessante. Ouvimos de alguns deputados, com toda a razão, que na área da saúde, particularmente, não se pode partidarizar. Aqui, na área da saúde – os deputados disseram isto, com

o que concordo –, não há deputado a favor do governo nem contra, não há PSDB, nem PT, nem PMDB, existe a saúde. Se existe a saúde, como podem deixar, por exemplo, deputado João Leite, que 60% dos casos de chikungunya ocorram no Município de Governador Valadares? Isso ficou provado, hoje, na Comissão de Saúde. Dos casos de chikungunya em Minas Gerais, 60% estão lá. Milhares de pessoas foram notificadas. E os recursos não são destinados de acordo com a proporção. Então, isso não é tratar de forma apartidária, como estamos falando. Se 60% dos casos estão lá, então 60% dos recursos têm de ir para lá também.

Outra coisa: neste mês, o governo Pimentel divulgou a distribuição de recursos, mais de R\$6.000.000,00, para 14 hospitais do interior de Minas Gerais. Todos merecem, todos precisam, mas, e os que precisam, e não estão recebendo? Qual é o critério adotado para essa distribuição? É isso que temos de cobrar. Se foram distribuídos R\$6.000.000,00 para 14 hospitais, os outros, inúmeros, nada receberam dessa distribuição. Qual é o critério adotado? É isso que temos de cobrar. Temos de cobrar um tratamento mais sério, mais profundo, mais humano e mais digno para a área da saúde.

Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, estou vendo, aqui, o eminente e ético deputado André Quintão. Ele disse algumas coisas aqui que não correspondem à realidade. Quando ele falou de cemitério de obras inacabadas... Temos uma planilha aqui, pela qual o deputado Gustavo Valadares batalhou quase um ano, mas acabou recebendo a resposta – naturalmente ele vai comentar. Gostaria de dizer, deputado André Quintão, que, entre as obras inacabadas, estão as dos hospitais regionais, que os governos Anastasia e Alberto Pinto Coelho deixaram, em média, 80% prontos. Foram 12 hospitais regionais de Minas Gerais. Restaram 20% para o governo Pimentel. Mas o governo Pimentel não colocou um tijolo em nenhuma dessas obras. O que justifica uma situação dessas? Venho batalhando há muito tempo para resolver essa situação. Agora surgiram urgências maiores ainda, que são os tratamentos das doenças epidêmicas que estão ocorrendo em Minas Gerais e que merecem, exigem providências imediatas.

Deputado Gustavo Valadares, estávamos falando sobre Pimentel e obras inacabadas. Há 12 hospitais regionais, com 80% da obra pronta pelos governos predecessores, o de Anastasia e o de Alberto Pinto Coelho. Os outros 20% não receberam um tijolo do governo atual. Estão todos inacabados, são esqueletos, verdadeiros elefantes brancos. E ainda há outra coisa: isso se refere aos R\$8.000.000.000,00 de débitos do orçamento.

O deputado André Quintão se esquece de que o próprio Ministério da Fazenda do governo Dilma disse que, entre todos os estados brasileiros, o Estado de Minas foi o que deixou o maior saldo, um saldo de R\$3.000.000.000,00. O governo Dilma disse isso. Por sinal, quando o deputado André Quintão se referiu às vítimas do governo militar, ele se esqueceu da Dilma. Só que o Brasil é que é vítima da Dilma a essa altura, sem a menor dúvida, em todos os sentidos.

É preciso lembrar aqui também, entre as homenagens referidas pelo grande deputado André Quintão, as homenagens que o Pimentel vem prestando no 21 de abril, em Ouro Preto. Não podemos nos esquecer de Sua Exa. Mujica, presidente do Uruguai, que tem um relacionamento da melhor qualidade com o governador de Minas Gerais, cujos processos em tramitação falam alto. Homenagem ao Stédile, que também foi um dos que ganharam medalha, e ao Lula, que já recebeu essa homenagem, mas seria repetida agora, mas ele não pôde aceitar. Lamentavelmente ele não pôde aceitar. Não sei por que razão, por qual motivo, mas, na verdade, ele não pôde aceitar.

Deputado Gustavo Valadares, sem prejudicar o discurso de V. Exa., vendo o histórico das 500 obras paralisadas, lembro que V. Exa. pediu a relação, a planilha dessas obras, desde 14 de abril, mas só a recebeu em 1º de julho, depois de cobrar inúmeras vezes. E aí vem a verdadeira farsa que V. Exa. com certeza vai mostrar, porque foi solicitado um resumo da situação. Apenas 5% das obras não foram terminadas. Muita coisa a que chamam de obra não é obra. Há muitas outras obras que dizem inacabadas, mas já estão terminadas. Temos aqui a relação delas. Por exemplo: o acesso à Fruta de Leite, obra acabada; acesso à Cipotânea, obra acabada; acesso à Josenópolis, que também é uma obra acabada, mas consta que não está acabada. Isso está lá no cemitério de obras do deputado André Quintão. A Avenida Antônio Carlos, cujo assunto repetem inúmeras vezes, está aqui também como obra acabada, uma

das grandes obras do governo Aécio Neves para a capital do Estado, servindo a todo o Estado. O acesso a Felizburgo, o acesso a Ponto Chique, e tantas outras obras que, naturalmente, o deputado Gustavo Valadares irá comentar.

Queremos mostrar aqui também que a deputada Marília Campos falou sobre o projeto dos estudantes cotistas da Uemg e da Unimontes, deputado João Leite. Estou vendo o Caixeta nos assistir dali, e esse projeto da Uemg e da Unimontes é cópia, um plágio perfeito, plágio de artista do projeto de Aécio Neves. Vamos demonstrar isso na Comissão de Constituição e Justiça e, aliás, apresentar um substitutivo, até porque, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, não podemos abrir este expediente aqui: copiar projeto de outro e assumir a paternidade. Se abrirmos esse precedente, muitos deputados que correm na fila para aproveitar projeto de outro deputado vão fazer isso, assumindo sua autoria, sem que possamos contestar nada, porque estamos permitindo que o governador do Estado copie projetos de Aécio Neves, mudando poucas palavras, e não linhas, dizendo que o projeto é dele. Vamos demonstrar isso na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, e apresentar um substitutivo, que é mais regimental e mais adequado, sem a menor dúvida.

Eu gostaria também de fazer considerações à audiência em que compareceram ontem os deputados na Comissão de Transportes e o ministro dos Transportes, Maurício Quintella, falando sobre a BR-381. Na semana passada, acompanhando o prefeito de Governador Valadares, André Merlo, juntamente com a deputada Brunny e o ex-deputado Hélio Gomes e com lideranças de Valadares, estivemos lá, pleiteando os novos projetos da BR-381, porque, infelizmente, vão renovar os projetos, que já caducaram com mais de 12 anos. Nada foi feito nos governos Lula e Dilma. Então, caducaram, tornaram-se ultrapassados.

Vamos aproveitar para desfazer uma mentira pregada ao longo da BR-381, em Belo Horizonte, perante a imprensa e em Governador Valadares, em plena campanha política, pela ex-presidente e mineira Dilma Rousseff. Ela disse que o projeto era até Governador Valadares, e não era. Nós contestamos na reunião no Auditório Atiaia, lá em Governador Valadares. Ficou até desagradável, porque o ambiente foi todo preparado pelo PT para a Dilma, mas contestamos, dizendo que o projeto não era até Governador Valadares, mas até Belo Oriente, até a Cenibra. Chegariam quatro pistas até Belo Oriente. Estreitavam-se para duas, de Belo Oriente a Valadares em 70km, o que seria uma humilhação, não só para o Município de Valadares, mas também para todos os outros municípios que estão além de Valadares, incluindo os Vales do Rio Doce, do Mucuri e do Jequitinhonha.

Agora, como vamos renovar os projetos, aproveitamos a audiência com o ministro Maurício Quintella para pedir que o novo projeto reestabeleça a verdade, contemple Belo Horizonte e Governador Valadares, e o ministro se comprometeu a fazer isso. Inclusive, o ministro nos disse, e deve ter dito também à Comissão de Transporte, que parabenizo por essa iniciativa, que as duas principais prioridades do Ministério dos Transportes são a BR-381 Norte, Belo Horizonte a Governador Valadares, e uma rodovia do Estado do Pará, que ele mencionou.

Nesses termos, queremos agradecer a atenção de todos os deputados e deixar registrado aqui um alerta, não só para a conclusão da Rodovia da Morte, a BR-381, pelo reinício das obras, como também a atenção para os projetos, para a agilização das obras e uma atenção maior para a saúde em Minas Gerais, respeitando a dignidade humana.

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu vim à tribuna para tratar de um assunto específico, mais uma vez, sobre o projeto de lei encaminhado pelo governador do Estado a esta Casa, que cria seis fundos, dentre os quais, dois fundos imobiliários – um para os imóveis que já estão ocupados e outro para os imóveis desocupados. Críticas não faltam a esse projeto, a começar pela falta de transparência. Quem quer criar um fundo com mais de seis mil imóveis e encaminha um projeto de lei à sua assembleia legislativa, mas com a relação, com a descrição dos imóveis incompleta, está, no mínimo, desfazendo da sua casa legislativa, da sua assembleia legislativa. Um projeto desse não pode tramitar, enquanto não tiver, no mínimo, completa e, de forma clara, a relação dos mais de seis mil imóveis – dos quais vamos discorrer a respeito –, uns ocupados, outros desocupados, que pertencem ao Estado de Minas Gerais e, por consequência disso, são um patrimônio de todos nós, mineiros.

Mas fui surpreendido com algumas falas que me antecederam. Gostaria de começar – não sei se foi aparte – com uma questão de ordem feita pela deputada Marília Campos, mais especificamente no momento em que ela trata da Fundação João Pinheiro. Para aqueles que não a conhecem, essa fundação é uma escola que produz gestores públicos de alto nível. Ao longo dos últimos anos, enquanto o nosso grupo político esteve à frente do governo do Estado, muita força foi dada à Fundação João Pinheiro e aos seus alunos e depois formados. Todos eles, ao longo dos últimos 12 anos, enquanto o PSDB esteve à frente do governo com seus aliados, foram incorporados à estrutura administrativa do Estado, com a garra que é própria da juventude, com a vontade de transformar para melhor o atendimento público do Estado, para trazer mais agilidade, maior comodidade ao cidadão. Esses são princípios que sempre nortearam os que passaram e passam pela fundação.

Mas me surpreendeu uma deputada do PT, e a respeito muito, trazer à tona uma discussão que é saudável, apesar de eu não concordar com a questão das cotas, porque acho que ela finca, mais do que nunca e mais do que todas as outras formas, a bandeira da discriminação. Não acho que cotas sejam a maneira de se resolver a desigualdade dos que não têm acesso a um ensino de qualidade. Enfim, temos de respeitar a posição da deputada de trazer à tona esse aspecto das cotas, em especial na Fundação João Pinheiro. Mas faço a ela um pedido, e também aos outros deputados, para que prestem atenção no que está fazendo o PT com a fundação agora, nos dias atuais. Os formandos do ano passado já não foram contemplados com nomeações no governo estadual, algo que era praxe enquanto o PSDB e os partidos aliados estiveram no governo. Era 80 o número de alunos que entravam anualmente na fundação. O governo do PT já cortou para 40 e deixou clara a falta de perspectiva para que eles, ao final do curso, adentrem o serviço público estadual. Então, deputada Marília, se querem discutir a instituição de cota para o vestibular, o concurso, para quem quer entrar na fundação, é preciso discutir antes o renascimento da instituição. Acho que esse seria o melhor termo. Nas mãos do Partido dos Trabalhadores o que há é a extinção da Fundação João Pinheiro.

Concedo aparte ao deputado André Quintão porque espero que ele traga boas novas, como líder do bloco do governo nesta Casa, a respeito da relação do PT e do governador Pimentel com a fundação, os seus estudantes e aqueles que estão loucos para entrar nessa escola tão respeitada Brasil afora.

O deputado André Quintão (em aparte)* – Deputado Gustavo Valadares, inicio minha fala concordando com V. Exa. A Fundação João Pinheiro é um dos ativos, do ponto de vista intelectual, de dados e formulação, da mesma maneira a Escola de Governo.

Aproveito aqui este momento para parabenizar a Escola de Governo, todo o seu corpo técnico, dirigentes, alunos, que, nas últimas análises de qualificação, têm ficado em primeiro, segundo e terceiro lugares do País em excelência na formação de administradores e gestores públicos.

Em segundo lugar, posso dar o testemunho da relação do governo, principalmente no que diz respeito aos quadros técnicos formados pela Escola de Governo, Fundação João Pinheiro, os especialistas em política pública e gestão governamental. Inclusive, na Sedese, tive o cuidado de nomeá-los em cargos de direção. Às vezes, ouço muito aqui o termo “companheirada”, mas, lá, boa parte dos cargos de direção da secretaria foram oferecidos ou chefiados por especialistas em política pública.

Defendo as cotas na Escola de Governo, pois é uma forma também de democratizar o acesso e até de fortalecer esse caráter plural dessa escola. Informo que já há um processo de negociação com os últimos formados. Defendo que sejam incorporados. Há uma discussão do relatório de execução fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal. Há a previsão do concurso, inclusive o secretário Helvécio se reuniu com a presidenta do sindicato, a Maíra, que é servidora lotada na Sedese, para garantir que o Enem seja utilizado como referência, até para que a pessoa que queira entrar na Escola de Governo seja induzida a fazer o exame. Agora, há a questão jurídica da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Gostaria de dizer a V. Exa., num ato de reconhecimento, que a Escola de Governo e a fundação, inclusive, subsidiaram, deputado Gustavo, a elaboração do PMDI. Quando eu estava na secretaria, fiz um convênio à parte com a Fundação João Pinheiro.

Assim, o diagnóstico da Sedese foi elaborado em parceria com a Fundação João Pinheiro. Além disso, vários projetos também o foram, como o do Suas.

Então, há, sim, no governo um reconhecimento. Depois vamos entrar nesse debate. Agradeço o aparte, mas, na verdade, a ideia é ampliar um pouco a Escola de Governo para a formação de servidores fora dessa carreira específica. Acho que essa é uma discussão, inclusive, para fortalecer a Escola de Governo para além da carreira específica dos EPPGGs. Acredito que temos de fazer esse debate.

O deputado Gustavo Valadares* – Gostaria de propor conjuntamente com V. Exa. que possamos fazer isso por meio de uma audiência pública, talvez um seminário ou um debate público, algo nesse sentido. Nós dois vamos assinar juntos.

O deputado André Quintão (em aparte)* – Com prazer.

O deputado Gustavo Valadares* – Acho que seria salutar, saudável para a fundação, pois é algo que não pode morrer no Estado.

Fica uma dúvida, deputado André. V. Exa. usou como argumento para que os formados da Fundação João Pinheiro não estejam hoje alocados dentro da estrutura do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dói-me o coração ter de confrontar V. Exa., pois sabe da amizade e da relação que temos, mas, em janeiro deste ano, o governo do Estado nomeou mais de 1.800 pessoas, para ser exato, 1.867 foram nomeadas, em janeiro deste ano, pelo governo, já depois de ter atingido, no ano passado, o limite de pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal. Dentre os 1.867, acredito que 80 formandos da Fundação João Pinheiro não foram contemplados. Não estavam e não estão contemplados.

O deputado André Quintão (em aparte)* – Desculpe-me falar novamente.

O deputado Gustavo Valadares* – Vamos lá.

O deputado André Quintão (em aparte)* – Essas nomeações de janeiro, já até mencionei aqui, boa parte diz respeito à reposição, inclusive de nível de direção. Por exemplo, havia diretoria regional da Sedese, cujo diretor pediu demissão, estava sem comando, porque não havia saído ainda o relatório. Então, antes de sair, houve essa readequação. Há uma discussão com os formandos sobre onde alocá-los. De outra vez foram para a saúde, a educação e a defesa social, inclusive os últimos foram para essas áreas. Há agora o interesse, por exemplo, de induzir a presença dos EPPGGs no interior. Há um debate dessa natureza.

Então, defendo isso, acho importante que se fortaleça a Escola de Governo. Agora, temos de fortalecê-la a ponto de ela não se restringir à formação da carreira de EPPGG.

Que ela também possa servir de referência para a formação de outros profissionais, hoje servidores do Estado, sem abrir mão dos EPPGGs. Aliás, às vezes fico até com inveja dessa liderança que tem quadros tão técnicos. São quadros importantes. É muito boa essa valorização dos profissionais formados na escola. Posso dar esse testemunho porque vários me auxiliaram na Sedese.

O deputado Gustavo Valadares* – Fico feliz que V. Exa. faça coro comigo nessa questão. Vamos juntos trabalhar essa questão para que a fundação volte a ganhar corpo e força e, quem sabe em um breve futuro, aumente seu tamanho não só na quantidade mas também na qualidade.

Deputado André Quintão, ia tratar das obras acabadas, inacabadas daquela discussão. Dentro do que estávamos falando, logo no início de fevereiro, quando apresentei pela primeira vez nesta tribuna a questão das mais de mil e oitocentas nomeações feitas pelo governo do Estado, pelo governo Fernando Pimentel, desrespeitando o que foi extrapolado, que é o limite de pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal, resolvi fazer uma consulta a todos os órgãos do governo estadual. V. Exa. disse que as mais de mil e oitocentas nomeações foram apenas readequações de pessoas, que eram consequência da reforma administrativa que votamos no final do ano. Para garantir que não tinha falado algo injusto, fiz então uma consulta, por meio da Lei de Acesso à Informação, a todos os órgãos do Estado. Isso meu deu muito trabalho. Tenho no meu *e-mail* as dezenas, para não dizer as centenas de pedidos de acesso à

informação. Perguntei a todos os órgãos do Estado quem eles nomearam. Por exemplo: Secretaria de Defesa Social, quem foi nomeado? Quem foi realocado? Deputado André Quintão, sabe qual foi a resposta que recebemos da grande maioria, de mais de 80% dos órgãos? Eles me mandaram uma resposta unificada dizendo que não tinham de responder isso. Disseram que a Secretaria de Governo é quem havia indicado, e eles não deveriam nos responder esse tipo de assunto. Fiz o pedido por meio da Lei de Acesso à Informação. Não foi um pedido informal. Era algo previsto em lei, aliás, que tem até prazo para ser respondido. Mas 90% dos órgãos do Estado, seguindo orientação da Secretaria de Governo e conforme estava na resposta que me encaminharam, não iriam responder. Eles resolveram por bem não responder. Isso me leva a crer que não fui e não estou sendo injusto quando acuso o governo Pimentel de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito ao limite de pessoal. Esse limite já havia atingido o limite no final do ano passado e foi ultrapassado com as mais de mil e oitocentas nomeações.

Não estou duvidando de V. Exa. Conheço seu caráter, sua seriedade, seu trabalho. Digo sempre e vou continuar dizendo: o trabalho de V. Exa. agora é dos mais desconfortáveis que alguém poderia ter. Defender este governo é algo impossível. Este é o pior dentre todos os governos que passaram pelo Palácio da Liberdade – vocês não gostam da Cidade Administrativa, então vou falar pelo Palácio da Liberdade –, pelo menos, nos últimos 50 anos. É um governador omissivo, que nada investe. Ele só piorou a qualidade de vida dos mineiros e a prestação de serviço do governo do Estado com os mineiros. Por todas essas razões, tenho de discordar de V. Exa. Nessas 1.800 nomeações, houve um descumprimento total do governo em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Presidente, teria outros assuntos para tratar na tarde de hoje, mas 15 minutos na tribuna – o deputado André Quintão, o deputado Sargento Rodrigues e o deputado João Leite sabem disso – voam, passam em um piscar de olhos. Seria interessante ao Plenário da Casa se voltássemos a usar o art. 70, como antigamente os presidentes usavam, concedendo 30, 40, 50 minutos. Ficávamos aqui até as 16h30min, 17 horas debatendo política, debatendo gestão pública, debatendo o futuro do Estado, debatendo o que é importante para ser investido em Minas Gerais.

Enfim, gostaria até, numa próxima reunião do Colégio de Líderes, de trazer de volta esse assunto, quem sabe voltar com o art. 70...

Para terminar, presidente. Está vendo? Isso é triste, esses 15 minutos passam realmente muito rápido. Mas vamos tratar disso.

Presidente, esse foi o assunto que me trouxe. Fico feliz de ter vindo à tribuna – já estou terminando – e de sair daqui com o compromisso de que governo e oposição trabalharão juntos pelo renascimento ou revigoração da Fundação João Pinheiro. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Geraldo Pimenta* – Bonifácio Mourão, presidente, colegas deputados, servidores da Casa, mineiras e mineiros, amanhã é dia 21 de abril, Dia de Tiradentes, dia da liberdade de Minas. Mártir da Inconfidência Mineira, Tiradentes foi enforcado e morto a mando de D. Maria I, avó do D. Pedro I. Meus amigos, é um feriado nacional, um dia em que se comemora a liberdade. Vários movimentos rebeldes usam o dia 21 de abril para se manifestar em defesa de seus direitos. Amanhã Tiradentes será lembrado como esse personagem histórico de Minas Gerais, e Ouro Preto será a sede do governo de Minas e das várias manifestações em defesa da liberdade.

Sei que já foi aprovada nesta Casa outra data para se comemorar a liberdade de Minas Gerais. Está aprovada nesta Casa uma lei que institui o dia 12 de novembro, dia de nascimento de Tiradentes, como o dia da liberdade de Minas. Acho até mais apropriado, e não essa comemoração portuguesa do 21 de abril, que, na verdade, retrata a morte, o enforcamento, a penúria de Tiradentes.

Mas vamos lá. Amanhã estaremos em Ouro Preto manifestando-nos contra as várias reformas deste governo golpista do Temer.

Quero também dizer que o PCdoB foi citado há pouco pelo deputado João Leite, meu colega. Para isso, queria lembrar o art. 164 do Regimento desta Casa, que garante direito de resposta. O PCdoB é um partido histórico, ideológico, de 95 anos, que desde a Semana de Arte Moderna vem lutando em defesa de um Brasil autônomo, independente, com arroz e feijão para todos, com saúde e educação públicas de qualidade. Em nome das várias pessoas desse partido que morreram ao longo da história, que empunharam as bandeiras da liberdade e da justiça social, como é o caso do João Amazonas, do Oscar Niemeyer, do Jorge Amado, do Graciliano Ramos, e, mais recentemente, do Sérgio Miranda, da Jô Moraes e de tantos mais, quero dizer ao deputado João Leite, meu colega, que o PCdoB não defende a ditadura, ele defende a liberdade.

Amanhã é o dia da liberdade. Nós defendemos boas condições de trabalho. Nós defendemos uma república de frente ampla, de diversidade, de paz, de justiça social. É isso que defendemos.

Gostaria de dizer também que, na última segunda-feira, dia 17, o golpe judicial, midiático e parlamentar de 2016, que afastou a presidenta Dilma, completou um ano. Foram 12 meses de retrocesso, de graves atentados contra a democracia e contra os direitos dos trabalhadores. O saldo desses 12 meses é um cenário de acentuada instabilidade política e social: são milhões de desempregados, mais de 13 milhões de desempregados hoje. As ações deste governo golpista deixam clara a sua subordinação aos interesses dos Estados Unidos, revelada no desmonte do Estado Nacional. Desmonte de setores estratégicos do desenvolvimento do Brasil, de áreas importantes como a energia, a Petrobras, obstáculos ao desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear, destruição de grandes empresas e de construtoras, destruição da engenharia nacional, enfim, isso foi o que esse governo produziu neste ano de desmandos.

Meus amigos, não há perspectiva de saída da crise com este governo. Precisamos substituí-lo. Em relação ao PT e ao PCdoB, como foi citado, hoje o ex-presidente Lula lidera as pesquisas. O Ibope e a Vox Populi têm colocado o ex-presidente Lula na frente, disparado, nas pesquisas para um cenário de 1º e de 2º turno.

Quero ressaltar aqui: precisamos convocar, conchamar todos os trabalhadores e trabalhadoras desta Minas Gerais para, amanhã, estarmos presentes em Ouro Preto e, no dia 28 de abril, pararmos este estado, este Brasil contra as reformas nocivas aos trabalhadores e ao povo brasileiro. Vamos lutar contra a reforma trabalhista, que vai tirar direitos; contra a reforma previdenciária, que vai tirar direitos; contra a terceirização, que já tirou nossos direitos. Então, 28 de abril será o dia nacional de greve. Vamos parar o País e dizer a este governo que não aceitamos essas reformas. Queremos, sim, a retomada do crescimento do Brasil. Queremos, sim, a retomada do desenvolvimento da economia nacional. Queremos, sim, a autonomia deste País. Queremos, sim, a liberdade democrática. É isso que queremos. É isso que o PCdoB quer. Os meus companheiros do PT tiveram 13 anos de conquistas sociais, por isso é que o nosso ex-presidente está na frente nas pesquisas.

Então, amanhã, em Ouro Preto, e, no dia 28, vamos à luta, meus amigos. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO Nº 12/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Amaro e Santiago Ltda. Objeto: fornecimento de uniformes para a Polícia Legislativa. Vigência: 6 meses a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 53/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 13/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lima Dias Roupas e Acessórios Ltda. Objeto: fornecimento de sapatos e cintos femininos. Vigência: seis meses a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 53/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 14/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Shanon Moda Eireli. Objeto: fornecimento de sapatos, cintos e meias femininas. Vigência: seis meses a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 53/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE DISTRATO Nº 133/2016

Concedente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Concessionário: Itaú Unibanco S.A. Objeto: concessão de uso de loja do prédio do Edifício Tiradentes. Objeto do aditamento: encerramento do Contrato nº 25/2012. Vigência: a partir da assinatura.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/5/2015, na pág. 75, sob o título “Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire”, onde se lê:

“Manoel Bezzera da Silva Junior”, leia-se:

“Manoel Bezerra da Silva Júnior”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/2/2016, na pág. 8, onde se lê:

“Manoel Bezzera da Silva Júnior”, leia-se:

“Manoel Bezerra da Silva Júnior”.